



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa

Visions from the Colonial Office of Urbanisation in the last years of Portuguese colonisation.

Visiones del Gabinete de Urbanización Colonial en el período final de la colonización portuguesa

MILHEIRO, Ana Vaz (1)

(1) Professora Doutora, DINÂMIA'CET, ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal; e-mail: avmilheiro2@gmail.com

Visões do Gabinete de Urbanização Colonial no período final da colonização portuguesa

Visions from the Colonial Office of Urbanisation in the last years of Portuguese colonisation.

Visiones del Gabinete de Urbanización Colonial en el período final de la colonización portuguesa

RESUMO

A fase final da colonização portuguesa em África acelerou o processo de ocupação dos territórios coloniais. O Estado Novo (1933-1974) foi responsável por um conjunto de projectos urbanos e pela implementação de equipamentos públicos que transformaram a maioria das cidades ultramarinas, repercutindo-se na contemporaneidade. Neste contexto, o Estado Novo iria servir-se do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) e dos seus desdobramentos, Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) e Direcção de Serviços de Urbanismo e habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOIPC) do Ministério do Ultramar, como veículo de modernização, e simultaneamente de homogeneização da paisagem construída nos territórios coloniais, com especial destaque para África, mas que também se estendeu à então Índia portuguesa, Macau e Timor. O programa seguido alicerçava-se num forte impulso de urbanização que se reflectiu na consolidação das estruturas urbanas herdadas da primeira República (1910-1926) e na padronização dos edifícios públicos que representavam a presença portuguesa. Significativamente, os mesmos princípios funcionais e estéticos acabaram assimilados pelos técnicos das instituições locais, em edifícios que muitas vezes replicavam soluções semelhantes às adoptadas pelos profissionais do GUC, atestando a repercussão deste organismo na construção da paisagem colonial e sua homogeneização. Foi ainda neste sentido que as abordagens ensaiadas pelo Gabinete se inserem na visão que o colonizador foi coleccionando de África, construindo uma paisagem também imaginária e ideológica que muitas vezes não chegava a concretizar-se. Um trabalho de catalogação, levantamento e identificação deste processo foi desenvolvido de forma sistemática pela primeira vez no projecto de investigação *Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)* entre 2010 e 2013. Mostra-se aqui uma breve síntese desse trabalho, ainda que a investigação não se encontre totalmente encerrada.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitectura Portuguesa Colonial, Arquitectura Moderna, Arquitectura de Serviços Públicos, Gabinetes Coloniais de Urbanização.

ABSTRACT

In the last years of Portuguese colonization in Africa, the occupation of colonial territories underwent a clear acceleration. The Estado Novo regime (1933-1974) launched several urban designs and public facilities, thus transforming most cities overseas, a phenomenon whose reflects are felt even today. In this context, the Estado Novo used the Colonial Office of Urbanisation (GUC) and its subsequent sequels – Office of Overseas Urbanisation (GUU) and Bureau of Town Planning and Housing / General Board for Public Works and Communications (DSUH -DGOIPC) of the Overseas Ministry – as a vehicle for the modernisation and homogenisation of the built landscape in the colonial territories, with particular emphasis on Africa, but also in the former Portuguese India, Macao and Timor. The program was deep rooted on a strong urbanisation impetus leading to the consolidation of the urban settlements inherited from the 1st Republic (1910-1926) and to the standardization of public buildings representing the Portuguese presence. Significantly, the same functional and aesthetic principles eventually became



assimilated by technicians within the local bureaus, in buildings that often replicate solutions similar to those adopted by professionals in the GUC, attesting the impact of this organism in the construction and homogeneity of the colonial landscape. It was also in this sense that the approaches tested by the Office fall into the African vision of the colonisers, building an imaginary and ideological landscape, even if not a materialized one. The task of cataloguing, surveying and identification this phenomena was carried systematically for the first time in the research "The Colonial Urbanization Offices: Architectural Culture and Practice" funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) between 2010 and 2013. This is a brief summary of the work, although the research is still under way.

KEY-WORDS: Portuguese Colonial architecture, Modern Architecture, Public Facilities Architecture, Colonial Urbanization Offices.

RESUMEN

En los últimos años de la colonización portuguesa en África, la ocupación de los territorios coloniales tuvo una clara aceleración. El régimen del Estado Novo (1933-1974) puso en marcha varios proyectos urbanos y de equipamientos públicos, transformando la mayoría de las ciudades en las colonias, un fenómeno cuya reflejo es visible aún en nuestros días. En este contexto, el Estado Novo utiliza el Gabinete de Urbanización Colonial (GUC) y sus posteriores secuelas – Gabinete Ultramarino de Urbanización (GUU) y de el Departamento del Urbanismo y de la Vivienda de la Junta General de Obras Públicas y Comunicaciones (DSUH-DGOIPC) del Ministerio de Ultramar - como un vehículo para la modernización y homogeneización del paisaje construido en los territorios coloniales, con especial énfasis en África, pero también en la antigua India portuguesa, Macao y Timor. El programa fue profundamente arraigado en un fuerte impulso de urbanización que lleva a la consolidación de los asentamientos urbanos heredados de la primera República (1910-1926) y para la normalización de los edificios públicos representativos de la presencia portuguesa. De manera significativa, los mismos principios funcionales y estéticos se fueran asimilados por los técnicos en los talleres locales, en los edificios que a menudo replican soluciones similares a las adoptadas por los profesionales de la GUC, así confirmando el impacto de este organismo en la construcción y la homogeneidad del paisaje colonial. Fue también en este sentido que los métodos probados por el Gabinete asumen la visión africana de los colonizadores, formando un paisaje imaginario e ideológico, aunque no materializado. La tarea de catalogación, de levantamiento y de identificación de este fenómeno se realizó de forma sistemática por la primera vez en la investigación "Los Gabinetes de Urbanización Coloniales: Cultura Arquitectónica y Práctica", financiado por la Fundación Portuguesa para la Ciencia y la Tecnología (FCT) entre 2010 y 2013. Este es un breve resumen de eso, aunque la investigación está todavía en curso.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura Portuguesa Colonial, Arquitectura Moderna, Arquitectura de Servicios Públicos, Gabinetes de Urbanización Coloniales.

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO OS GABINETES COLONIAIS DE URBANIZAÇÃO – CULTURA E PRÁTICA ARQUITECTÓNICA (2010-2013)

A partir da criação do Gabinete de Urbanização Colonial em Lisboa, em 1944, pelo então ministro das colónias, Marcelo Caetano, iniciou-se uma produção de projectos urbanos e de arquitectura para os territórios coloniais portugueses. Muitos deles nunca foram aplicados no terreno, no entanto a sua existência foi fundamental no âmbito colonial do Estado Novo para reafirmar interna e externamente a continuidade da presença política e administrativa portuguesa nestes lugares. A partir do espólio de projectos à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, propõe-se um percurso imaginário por uma paisagem africana e asiática desenhada (e reinventada) a partir do coração da metrópole, Lisboa, no período final da colonização portuguesa (1944-1974). É, também, uma narrativa visual que reforça uma aprendizagem arquitectónica com diferentes performances até à revolução de Abril, quando se abrem definitivamente as portas para as independências, principalmente as africanas.

No presente texto, a história é contada na perspectiva do colonizador. Trata-se, assim, de uma retirada calculada dos estudos pós-coloniais convencionais. O facto torna os desenhos de cidade e arquitectura, materiais com um potencial ideológico forte. Sabe-se contudo que essa conotação não se encontrava no olhar técnico dos arquitectos e dos engenheiros que produziram estas visões; mas estaria, muito provavelmente, na decisão do poder político que as promoveu e as aprovou.

As diferentes designações do Gabinete de Urbanização Colonial até à sua extinção, em 1974, exteriorizam-se nas alterações das estratégias de desenho que este vai promovendo para a cidade e seus edifícios. Como resultado das equipas multidisciplinares de arquitectos, engenheiros, peritos em medicina tropical e climatologia que aqui trabalham, desenvolve-se uma arquitectura “de representação” colonial, funcional e tectonicamente sólida, que evolui em três fases estilísticas. Primeiro, inspirando-se na arquitectura popular portuguesa do Alentejo e, genericamente, do sul do país, numa versão “mais mediterrânica”, equivalendo ao período de vigência do GUC (1944-1951). Depois, testando tipologias mais monumentalizadas e historicistas, associadas aos regimes ditatoriais, reflectindo mudanças legislativas em que desaparece o uso do termo “colonial”, alterando-se o nome deste organismo para Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU, 1952-1957). Mais tarde, deixando-se contaminar pelas tradições construtivas locais e ensaiando uma primeira expressão de “nativismo africano”, antecipando visões de autonomia e independência. Este momento, mais tardio e, em comparação com as fases anteriores, com menos concretizações no terreno, corresponde à actuação da Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH-DGOP/MU, 1958-1974). Estas ideias reflectem-se igualmente nos traçados das cidades, na baixa densidade – julgada mais propícia aos trópicos –, no rasgamento de grandes e monumentais avenidas, e finalmente na integração dos musseques, sanzalas, ou caniços – os assentamentos espontâneos ou a cidade “negra” (ainda que integrando colonos europeus pobres) – na cidade formal.

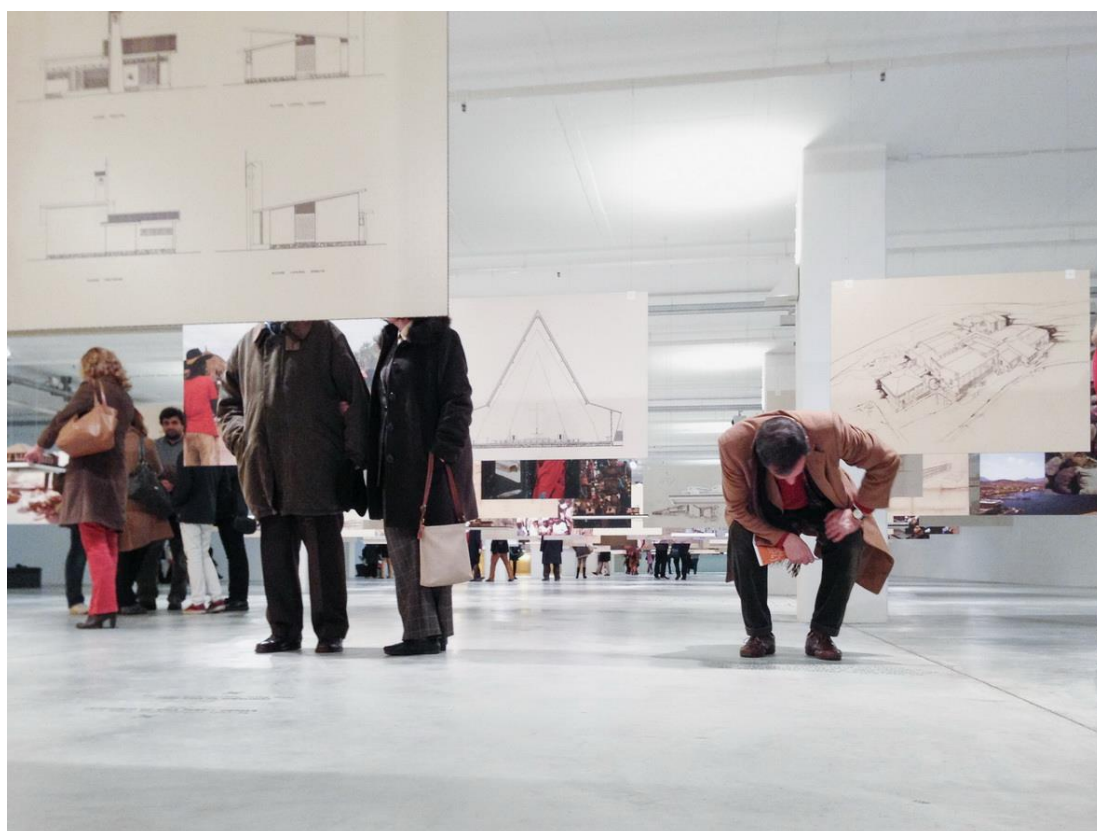
Este trabalho integra um projecto de investigação multidisciplinar, originalmente intitulado Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitectónica, desenvolvido entre 2010 e 2013, e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Envolvendo

investigadores de diferentes formações (arquitectos, historiadores, arquivistas, geógrafos, sociólogos) oriundos de distintos centros de investigação, o projecto partiu da parceria entre três instituições: o ISCTE-IUL (sendo mais tarde integrado no DINÂMIA'CET), o Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científica Tropical (AHU/IICT) e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

No ano lectivo de 2012/2013, parte do projecto foi levado para a sala de aula durante as sessões de História de Arquitectura Portuguesa do Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL. Os alunos foram então desafiados a completar o olhar experiente dos investigadores, dando origem a um olhar complementar reunido em Construir em África – Arquitectura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique (1944-1974).

Por fim, a exposição África – Visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974) foi apresentada no Centro Cultural, em Lisboa, entre Dezembro de 2013 e Março de 2014, onde muitos destes desenhos foram vistos pelo público pela primeira vez desde que tinham sido encomendados pelos órgãos políticos e administrativos do Estado Novo (Fig. 1).

Fig. 1: *África – Visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)*, exposição Centro Cultural de Belém, Lisboa, 07/12/2013-02/03/2014



Fonte: Pedro Silva, 2013

2. Visões do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)

Criado durante o Estado Novo, adaptando-se a possíveis alterações dos quadros coloniais europeus no fim da Segunda Guerra mundial, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) constituiu um núcleo de projecto urbano e de arquitectura, inserido no Ministério das Colónias. Depois da revisão constitucional de 1951, passou a Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), alterando novamente a sua designação em 1957 quando entrou em acção a Direcção de Serviços de Urbanização e Habitação (DSUH), sob jurisdição da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DGOPC), mantendo-se até à revolução de Abril de 1974 que ditou o início da descolonização portuguesa¹.

O GUC foi lançado em Dezembro de 1944 como “organismo comum a todas as colónias de África” (Dec. nº34:173, 06/12/1944, p. 1167) e começou a trabalhar oficialmente no primeiro dia do ano seguinte. Mais tarde, a sua acção ampliou-se às restantes províncias ultramarinas da Índia Portuguesa, Macau e Timor. O objectivo de Marcelo Caetano, então ministro das Colónias, era que, para lá dos planos urbanísticos, fossem igualmente confiados aos seus técnicos, “os estudos [...] dos problemas da habitação nas regiões tropicais e dos edifícios hospitalares” (idem).

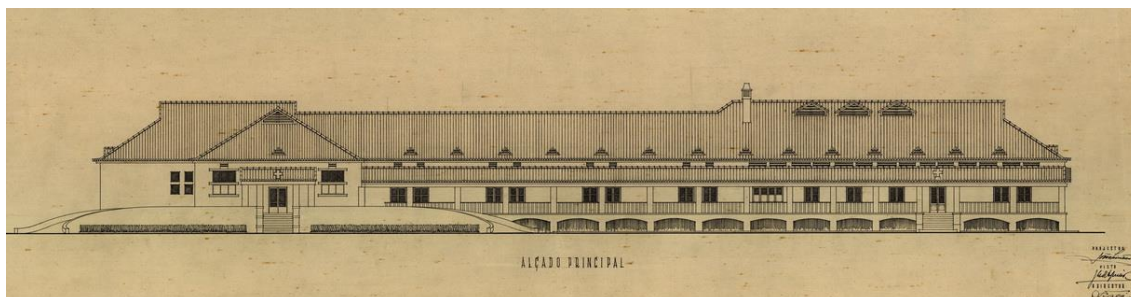
Formado por engenheiros e arquitectos, e tendo por consultor um especialista em higiene tropical e climatologia, foi inicialmente chefiado por um engenheiro de minas, Rogério Cavaca. Apesar da gestão disciplinada que era cara ao seu director, esta primeira direcção acabaria por permitir aos arquitectos alguma liberdade de acção, designadamente nas metodologias de abordagem aos projectos arquitectónicos e urbanos. Funcionava em Lisboa, primeiro na Alameda D. Afonso Henriques, transferindo-se na década de 1960 para a sede do Ministério do Ultramar no Restelo, cujo edifício foi projectado por João Aguiar (DSUH-DGOPC, 1960). Durante o período de funcionamento do Gabinete, os projectos destinados aos diversos territórios coloniais eram solicitados pelos governadores dos territórios coloniais ou directamente pela tutela. Os seus técnicos deslocavam-se regularmente aos territórios coloniais compilando informação em relatórios de missões que depois usavam nos projectos urbanos, sanitários ou de arquitectura. Estas missões podiam durar entre um a seis meses, tendo-se intensificado nos últimos 15 anos da administração colonial.

As obras de arquitectura que foram sendo construídas e os planos urbanos que foram sendo implementados reflectiram as diferentes fases da cultura de projecto que foi desenvolvida por este organismo até ao seu encerramento, em 1974. Esta cultura de projecto manifestou-se nos programas e nas opções estéticas e técnicas tomadas ao longo dos 30 anos de actuação dos seus arquitectos e engenheiros.

A primeira geração de profissionais que integrou o GUC foi formada por arquitectos como Lucínio Cruz, Mário de Oliveira, Eurico Pinto Lopes, Luís Coelho Borges, José Manuel Galhardo Zilhão, Alberto Braga de Sousa e João António Aguiar. Alguns detinham já prática no domínio do projecto para regiões tropicais, decorrente tanto de encomenda pública como privada (Milheiro, 2012b). Os programas privilegiavam os planos urbanos, casas de funcionários e instalações médicas (Fig. 2).

¹ Com a excepção da Guiné-Bissau, cuja independência foi promovida unilateralmente pelo novo país, ainda em 1973.

Fig. 2: GUC/João Simões, trab. 36 *Projecto de Posto Sanitário Fixo para Regiões Quentes e Húmidas - Última Fase, 1946*

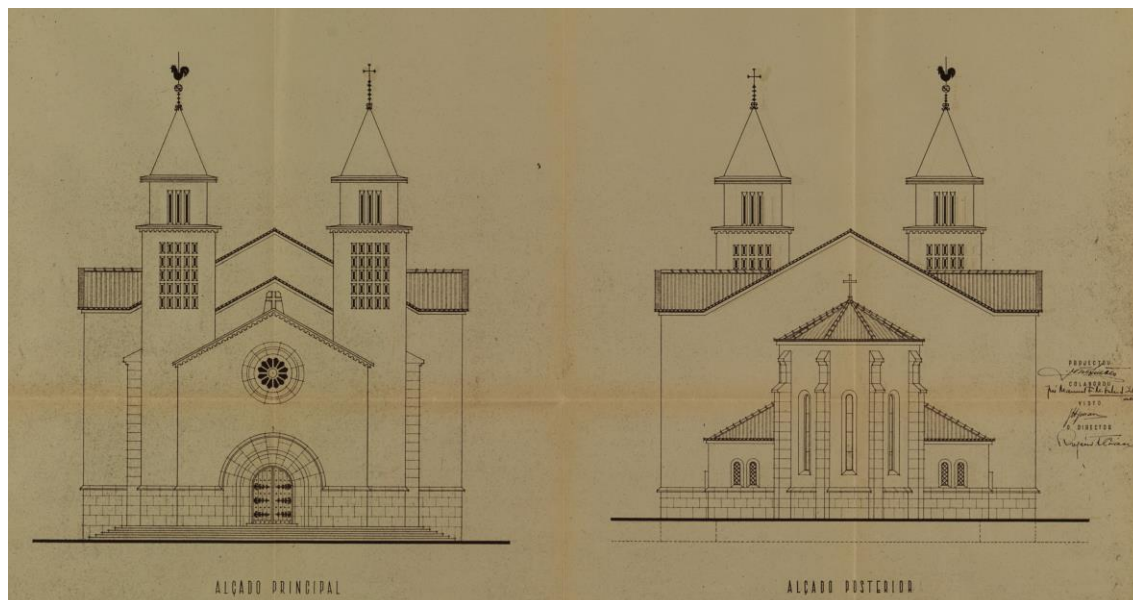


Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Architectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

Destacou-se neste quadro, num contexto de continuidade com experiências anteriores, a influência de João Simões, nascido em 1908, membro fundador das ICAT (Iniciativas Culturais Arte e Técnica) e futuro editor da revista *Arquitetura*. Os edifícios africanos de João Simões cumpriam uma abordagem racionalista, nos planos estético e económico, ostentando uma “portugalidade tropical” baseada em interpretações da arquitectura tradicional metropolitana que tinham já servido de inspiração a algumas propostas para o espaço colonial português adiantadas pelo arquitecto Vasco Regaleira na Exposição do Mundo Português montada em Lisboa em 1940 (Milheiro, 2012b, p. 320). Este aspecto contribuiu para a fixação de um modelo ideal, que cruzava a expressão das construções populares do sul de Portugal com a tradição da arquitectura tropical das grandes varandas e duplos telhados ventilados, num esforço de adaptação ao clima. Na comunicação sobre arquitectura colonial que Simões fez no I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, onde se colocou do lado da arquitectura moderna, insistiu na urgência em aprofundar uma “arquitetura colonial” portuguesa, “una quanto às preocupações de melhor defesa das condições de vida humana, quer a do indígena, quer a do colono” (Simões, 1948, p.147). É na Guiné que se encontram algumas das suas obras que estão entre as mais representativas desta primeira fase: as reformulações da Sé (GUC, trab. 10, 1945)² (Fig. 3) e do Museu e Repartições Públicas (GUC, trab. 71, s.d.), ambas em Bissau, e a enfermaria mista de Bafatá (GUC, trab. 32, 1946). Deixaria o Gabinete em 1948, e parte da sua herança mais tradicionalista haveria de se metamorfosear em expressões progressivamente mais monumentais e historicistas. Fiel ao espírito da sua fundação, o início do Gabinete caracterizou-se então pelo domínio dos programas de habitação para funcionários públicos e de equipamentos básicos, nomeadamente na área da saúde.

² Projecto original de Vasco Regaleira (1942), adaptado por Paulo Cunha, enquanto chefe da brigada de construção de moradias para funcionários públicos de 1944, que já conta com João Simões na sua equipa.

Fig. 3: GUC/João Simões, Projecto de Transformação da Sé de Bissau, trab. 10, 1945



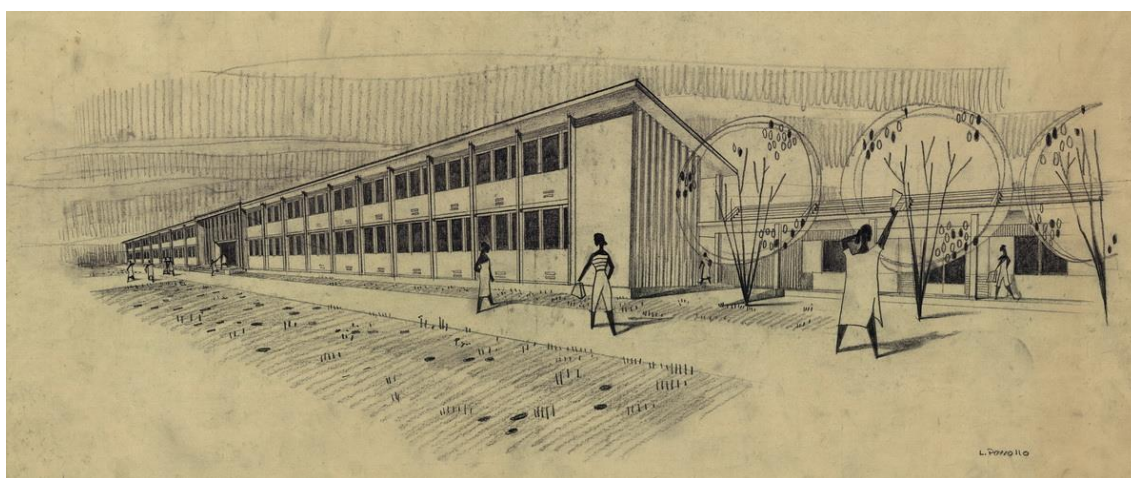
Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão

A segunda geração, que assiste à substituição oficial do termo “colonial” por “ultramarino”, numa viragem ideológica do regime, expondo um esforço de sobrevivência face às pressões internacionais para acelerar os processos de descolonização, resultou de uma renovação dos quadros técnicos com a entrada de profissionais recém-formados das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto. Entre 1951 e 1957, encontravam-se envolvidos com projectos do GUU levantados e analisados durante a investigação, e de forma continuada, os arquitectos Alberto Braga de Souza, António Saragga Seabra, António Sousa Mendes, Fernando Batalha, Fernando Schiappa de Campos, Leopoldo de Almeida e Luís Possolo. Eurico Pinto Lopes, João António Aguiar, José Manuel Galhardo Zilhão, Lucínio Cruz, e Mário de Oliveira transitavam do grupo anterior (Milheiro; Dias, 2009, p. 87).

Durante o mesmo período, assistiu-se ao aprofundamento de programas específicos, designadamente na área do ensino técnico e liceal para os quais foram produzidas orientações específicas, caso das Normas para as Instalações dos Liceus e Escolas do ensino profissional nas Províncias Ultramarinas (Aguiar, Machado, Campos, 1956), redigidas em 1956. Há ainda notícia de terem sido elaboradas regras similares para programas prisionais, mas esse trabalho não foi ainda localizado entre o acervo relativo à produção normativa dos Gabinetes. Todas estas tipologias desenvolveram-se dentro de uma orientação racional e de forte expressão funcionalista, ainda que as concretizações se tenham definido pela monumentalidade imprimida às fachadas e resultante das configurações volumétricas dos edifícios. Seguindo uma prática habitual, que se apoiava na experiência dos arquitectos e no seu domínio de alguns programas, a construção dos edifícios escolares esteve entregue a um pequeno núcleo

de técnicos do GUU³ pertencente à geração mais nova que integrou este organismo na transição para os anos de 1950. Entre os profissionais mais velhos, encontravam-se contudo João Aguiar e Lucínio Cruz. A sua influência pode ter sido determinante na insistência por uma linguagem monumental, imprimida à maioria dos projectos, tornando, a nível estilístico, esta produção homogénea. Técnicas mais modernas de representação do desenho, praticadas por exemplo por Luís Possolo, de que é exemplo a perspectivada sua autoria que acompanha o processo da Escola Elementar de Nampula, projecto de traçado conservador (assinado por Lucínio Cruz e Schiappa de Campos,) contribuíam por vezes para imprimir um carácter mais progressista que na verdade o projecto não detinha (Fig. 4).

Fig. 4: GUU/Lucínio Cruz, Fernando Schiappa de Campos, Perspectiva de Luís Possolo, Escola Técnica Elementar de Nampula, trab. 504, 1956



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

O período coincidiu com a implementação de uma “arquitetura de representação” adaptada aos trópicos que se consolidou como imagem da produção do Gabinete. Internamente existiu uma opção estilística próxima da seguida em obras similares na Metrópole apesar dos ajustamentos, que tornaram os projectos mais eficazes face ao clima e às exigências programáticas coloniais. Os diversos projectos de liceus e escolas técnicas, que se iniciaram com o Liceu Feminino D. Guiomar de Lencastre⁴ de Luanda, desenhado por Lucínio Cruz e Eurico Pinto Lopes a partir de 1954 (GUU, trab. 602, 1956), seriam provavelmente os melhores representantes desta fase. A maioria dos liceus seria construída seguindo o modelo tipológico inaugurado na capital angolana e por isso uniformizando a imagem corrente destes equipamentos ao longo das décadas de 1950 e seguinte. O mesmo não aconteceria com as escolas técnicas, cujos projectos realizados entre 1955 e 1960 nem sempre foram implementados, ainda que tenham sido traçados com idêntica assiduidade e pela mesma equipa projectista. A quantidade de propostas não concretizadas coloca em questão os

³ Eurico Pinto Lopes, Fernando Schiappa de Campos e Luís Possolo.

⁴ Actual Escola Secundária Njinga Mbande.

objectivos deste investimento feito a partir da sede do Império. É provável que a sua existência imputasse ao Gabinete responsabilidades da construção de uma ideia “romanesca” de um território colonial em continuidade com o espaço da metrópole.

Devem-se incluir igualmente nesta fase projectos de equipamentos hospitalares e edifícios administrativos, como o edifício luandense do largo Mutamba, destinado a Serviços de Fazenda e Contabilidade⁵, de João Aguiar (GUU, trab. 385, 1953). O edifício construído correspondeu a uma simplificação da linguagem historicista, abdicando de “pormenores decorativos inúteis” (Aguiar, trab. 385, 1953, p. 3). A opção por uma austeridade figurativa acabaria por tornar-se marca dos edifícios administrativos do Gabinete⁶. No entanto, o parecer emitido a quando da aprovação admitia “que porventura possa vir a ser alterado, no sentido de ser enriquecida a fachada”, reforçando a ideia de que se aspirava a uma mais óbvia monumentalidade e maior literalidade na evocação de Portugal. Ainda neste contexto, um dos mais significativos edifícios construídos no domínio específico da “arquitetura de representação” materializado seria o projecto do Centro Cívico (GUU, trab. 494, s.d.), atribuído a João Aguiar, elaborado na sequência do plano de urbanização de Lourenço Marques (GUU, 1952-1955), actual Maputo. A proposta inseriu-se no desejo em dotar a cidade de Lourenço Marques de uma praça do Império (Milheiro, 2013). O desenho de Aguiar conjugava uma aspiração à modernidade, representada pelo avião, em contraste com o historicismo representado pela arcada do piso térreo do edifício.

Fig. 5: GUU/João Aguiar?, Centro Cívico de Lourenço Marques, trab.494, s.d.



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

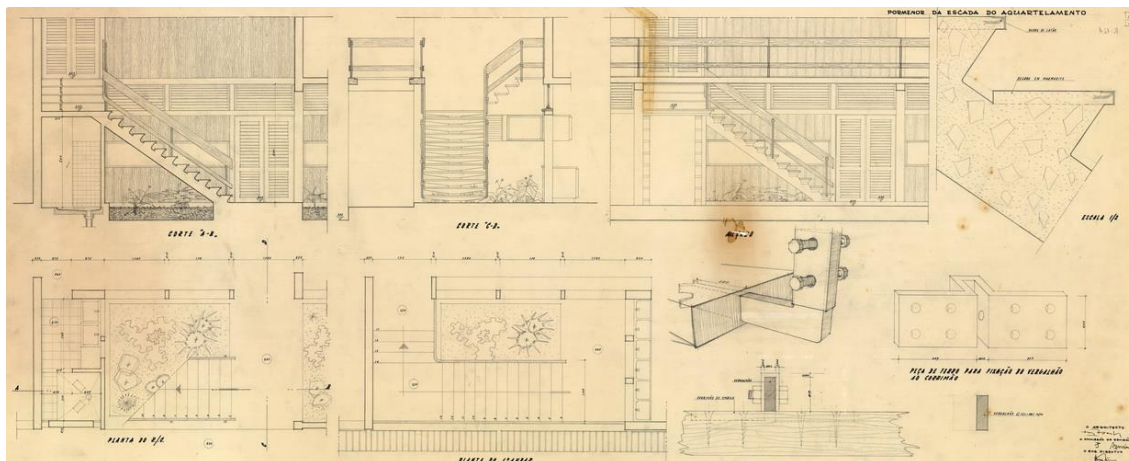
⁵ Actual Ministério das Finanças.

⁶ A sua resposta ao clima ficou entretanto comprometida com a remodelação realizada em 2003 que dotou o actual Ministério das Finanças da sua configuração actual (Martins, 2010, p. 155).

Na segunda metade da década, deu-se início uma actualização mais sistemática dos profissionais do Gabinete através da frequência de cursos de especialização em instituições estrangeiras, equiparando o seu conhecimento técnico às práticas arquitectónica e urbanística de outras regiões tropicais. Ainda em 1945, Mário de Oliveira tinha permanecido uma temporada em Madrid, para receber formação em Salubridade, Higiene e Urbanologia, sob orientação de César Cort, na Escola Superior de Arquitectura local (Diniz, 2013, p. 29). Dez anos depois, Possolo (1954) e depois Schiappa e Seabra (1958), deslocaram-se para Londres com o objectivo de frequentarem o curso de Arquitectura Tropical na Architectural Association. Na antiga sede do Império britânico aprenderam, tendo por professores como Maxwell Fry, Jane Drew (antigos colaboradores de Le Corbusier em Chandigarh), e Otto Koenigsberger, a obter “o máximo de ventilação para a região quente e húmida e o maior isolamento para a região quente e seca”, como esclareceu Luís Possolo no relatório que endereçou ao Ministério do Ultramar, relatando a sua experiência (Possolo, 1955, p. 7). Este investimento na formação dos quadros técnicos que trabalhavam para o território colonial abrangia os diferentes grupos profissionais. Engenheiros, como Quinhones Levy, que trabalhou no GUU entre 1948 e 1957 na área da engenharia sanitária, por exemplo, frequentou igualmente uma especialização em Londres, no mesmo período, aprofundando os seus conhecimentos na matéria. O engenheiro surgiria depois como calculista de edifícios como o estádio de São Tomé e Príncipe, na cidade de São Tomé (GUU/Eurico Pinto Lopes, trab. 289, 1950), ou do Liceu Pêro Anaia (GUU/Lucínio Cruz, Eurico Pinto Lopes, trab. 511, 1956) na Beira, Moçambique, ambos concretizados. Mas seriam os seus planos sanitários para as cidades de Quelimane (Moçambique) ou da Praia (cabo Verde) a demonstrar melhor a qualidade técnica destes profissionais. Uma vez mais, a não execução dos planos, mesmo os de saneamento básico que permitiam infraestruturar as cidades coloniais, remete para a dimensão idealista do programa de intervenção a que o Gabinete respondia.

Este novo grupo de profissionais, mais activo a partir de 1955, incutiria uma visão mais técnica e uma linguagem arquitectónica tendencialmente mais moderna. Um projecto de pequena escala desenhado por Possolo para Luanda – a Central Eléctrica da Estação Rádio Naval (DSUH/DGOPC, proc. 581-A, 1960) – revelou, apesar da “singularidade da composição arquitectónica” justificada pelas “funções do edifício” (Cruz in Possolo, 1960, s/p), uma actualização nesse sentido. O edifício integrava um conjunto previamente desenhado pelo arquitecto, incluindo quartel, central de recepção e residências para cabos, sargentos e oficiais. O esquema foi repetido em projecto para Lourenço Marques. A adequação do programa às condições tropicais implicava não apenas soluções arquitectónicas standard – dentro de uma abordagem moderna – como o recurso a “laminas de betão, dispostas horizontalmente” (DSUH-DGOPC/Possolo, 1959, proc. 581 e 581A, p. 6), por exemplo – mas também a materiais como o bambu. Árvores e arbustos estrategicamente plantados asseguravam “a defesa para o sol nascente e poente (...) criando [sic] como que uma parede dupla” (DSUH-DGOPC/Possolo, 1959, proc. 581 e 581A, p. 3). Floreiras e canteiros produziam efeito semelhante, reduzindo “consideravelmente a dita irradiação calorífera mas também [quebrando] a reverberação proporcionando uma luz agradável nos interiores” (DSUH-DGOPC/Possolo, 1959, proc. 581 e 581A, p. 6). As estações radionavais de Possolo inseriam-se num programa militar, que a guerra colonial iniciada no arranque dos anos de 1960 acabaria por tornar estratégicas (Fig. 6).

Fig. 6: DSUH-DGOPC/Luís Possolo, Estação Radionaval de Luanda e Lourenço Marques, proc. 581 e 581A, 1959.



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão

O recurso a novas técnicas construtivas e de ensombramento também antecipava uma viragem nas abordagens projectuais que assinalariam a actuação dos arquitectos e engenheiros que militaram nas duas ultimas décadas e que haveriam de transformar o antigo GUU, entretanto transformado em DSUH-DGOPC. O momento marcaria também um período de autonomização dos serviços locais de Obras Públicas de Luanda e de Maputo, que passariam a estar em condições de prescindir do contributo de Lisboa. O mesmo, contudo não aconteceu com as restantes províncias ultramarinas, com performances económicas mais baixas e mais dependentes da metrópole e por isso com menor capacidade para aliciar profissionais à fixação no território ultramarino (Milheiro, 2013).

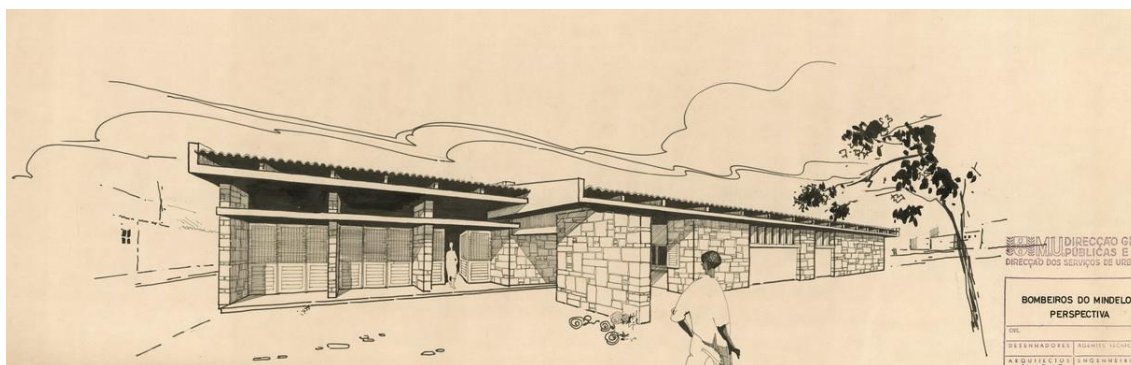
Assim, à medida que esta geração ascende, técnicos residentes nas principais cidades de Angola e Moçambique tornam-se mais capacitados na execução de equipamentos e outras Obras Públicas. No âmbito deste processo, antigos tirocinantes do Gabinete, como Fernão Lopes Simões de Carvalho em Luanda⁷, ou Francisco Castro Rodrigues no Lobito⁸, integrariam estruturas locais, alterando com as suas propostas o futuro destas cidades a partir de enfoques porventura mais realistas e menos “utópicos”. O eclodir da guerra colonial em 1961 em Angola, e depois na Guiné (1963) e em Moçambique (1964) reflecte duas fases do processo: se por um lado os projectos realizados localmente ganham uma objectividade, a produção que em Lisboa os velhos arquitectos do Gabinete continuavam a executar torna-se mais idealista e menos exequível. Os valores inicialmente cultivados, de uma arquitectura técnica e racional, potencialmente apoiada em expressões mais monumentalizadas e evocativas da metrópole,

⁷ Em 1961, a autarquia luandense criou o seu próprio Gabinete de Urbanização, liderado por Fernão Lopes Simões de Carvalho, natural de Luanda e antigo tirocinante no GUU, onde cumprira estágio com Lucínio Cruz e João Aguiar, entre 1955 e 1956.

⁸ Francisco Castro Rodrigues chegou ao Lobito em 1954, a convite do presidente da Câmara Municipal da cidade, o Comandante Pina Cabral, para dirigir os serviços da autarquia, lugar que ocupou até cerca de 1987, quando por razões familiares regressa a Portugal.

seriam substituídos por um culto às tradições africanas. Este facto também não ajudaria à sua concretização pela precariedade que as suas soluções pareciam promover. Alfredo Silva e Castro, arquitecto ainda deficientemente estudado, mas cuja presença na DSUH-DGOPC corresponde a um período de inovação linguística e metodológica, seria um dos responsáveis por uma das produções mais eloquentes na construção de uma nova imagem para esta África colonial (Fig. 7).

Fig. 7: DSUH-DGOPC/Alfredo Silva e Castro, Quartel de Bombeiros para a Cidade do Mindelo, proc. 620, 1963



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

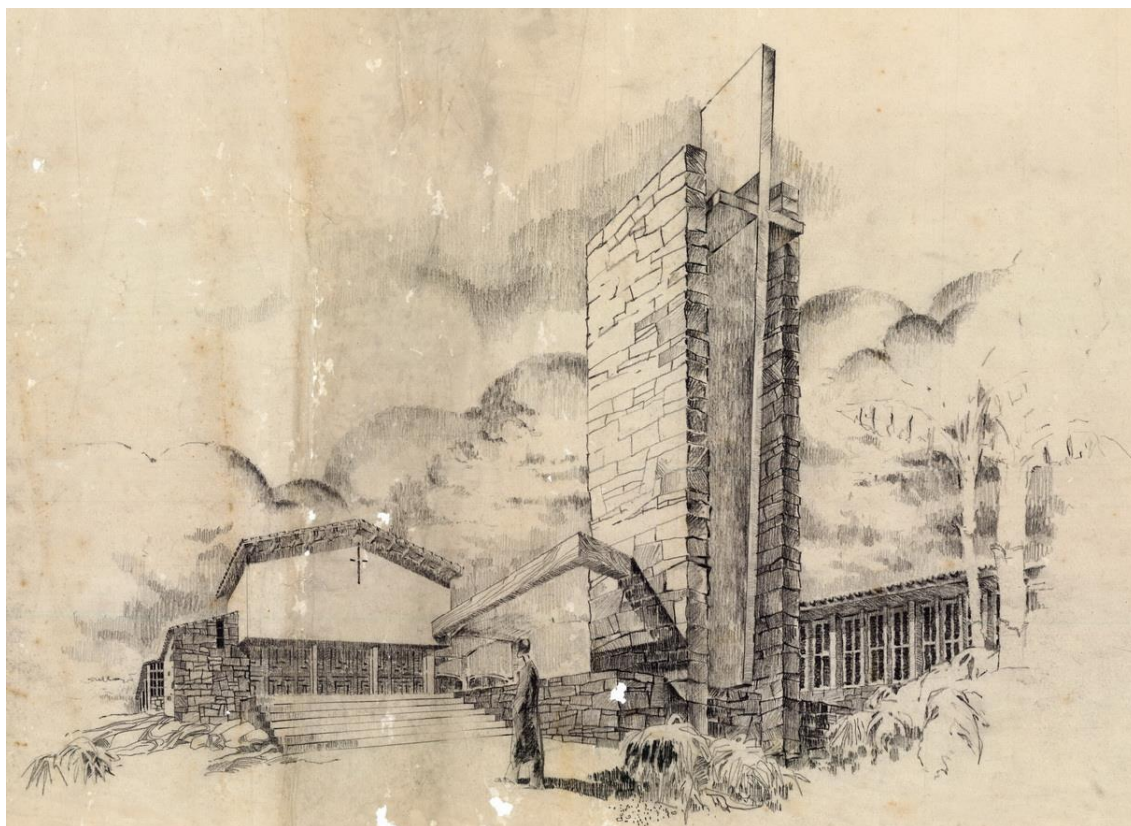
Desta última e terceira fase, a mais criativa na perspectiva da cultura arquitectónica e todavia a menos produtiva em termos de concretização, contaria com profissionais como Alfredo Silva e Castro, já citado, José Luís Amorim, António Moreira Veloso ou Maria Emília Caria, cujo pensamento iria introduzir gradualmente mudanças significativas. A DSUH-DGOPC continuava a promover projectos para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e para as pequenas localidades angolanas e moçambicanas onde a carência de técnicos e infraestruturas era ainda prioritário, actuando em todas as escalas, e mantendo-se regular até cerca de 1970.

Um dos temas então desenvolvido pelos arquitectos seria assim a integração das culturas locais, designadamente através da aplicação de sistemas construtivos africanos e até de métodos de ensombramento e/ou ventilação habitualmente praticados pelas populações indígenas. Estes projectos corresponderam provavelmente a uma das fases menos conhecida do GUU, operando já como DSUH/DGOPC, com poucas concretizações, todavia, de singular valor patrimonial. Este período final da colonização portuguesa assinala ainda o momento em que a arquitectura construída em algumas regiões africanas já citadas mais se aproximava da cultura arquitectónica debatida em Portugal continental. Na mesma época, uma pujante cultura moderna atravessava os territórios angolano e moçambicano, numa direcção a que os arquitectos metropolitanos já tinham renunciado.

A projectar a partir de Lisboa, os arquitectos portugueses tomavam contacto com as novas tendências internacionais e com a sua própria experiência motivada pelo inquérito à arquitectura regional portuguesa, a partir do qual começavam a idealizar um novo país, e uma nova paisagem construída que se estendia também à África colonizada. Paralelamente, estudos menos abrangentes e mais localizados eram igualmente realizados tendo em atenção os territórios tropicais que então constituíam o império colonial português. Os programas eram agora de menor escala e a "arquitectura de representação" privilegiava equipamentos de

proximidades, desenhados para as populações locais. Os desenhos assumiam cargas cada vez mais “delirantes” ainda que paradoxalmente procurassem uma maior proximidade. Foi um período de breves obras primas, como as escolas primárias desenvolvidas por Fernando Schiappa de Campos para as regiões rurais da Guiné (DSUH-DGOPC, Escola Capela, proc. 624, 1961) ou as casas construídas (e já demolidas) de Alfredo Silva e Castro para a vila piscatória de Santa Catarina (DSUH-DGOPC, proc. 706, 1964, São Tomé e Príncipe). Entre os equipamentos de maior porte e escala, destacou-se o extraordinário Seminário da Praia (DSUH-DGOPC/Alfredo Silva e Castro, proc. 663, 1962) em Cabo Verde (Fig. 8).

Fig. 8: DSHU-DGOPC/Alfredo Silva e Castro, Seminário da Praia, proc. 663, 1962



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

No final, já na década de 1970, António Moreira Veloso procurava ainda renovar a casa indígena através da reformulação da planta e aproveitando todo o engenho local. A equipa de António Moreira Veloso⁹ pretendia então desenvolver uma nova habitação tipo, “adequada

⁹ Na Guiné, perante o cenário da guerra colonial que provocara profundas transformações da distribuição e no alojamento das populações das regiões rurais com os processos de reordenamento liderado pelos militares portugueses, fora solicitada por Moreira Veloso a criação do Grupo de Trabalho de Urbanização, formado pelo arquitecto e capitão miliciano, Fernando Morgado, e pela estudante de arquitectura Alda Tavares, entre outros elementos ainda não identificados. O objectivo era encontrar uma alternativa às soluções praticadas pelos militares. As propostas dos arquitectos, tanto quanto se sabe, nunca foram aplicadas, ainda que o exercito português tenha

aos hábitos e costumes das diversas etnias”, mantendo a eficácia e a viabilidade económica das soluções militares (Veloso, 1970, p. 5). As populações, na perspectiva destes homens, acabariam por participar na construção do seu próprio habitat.

Quanto às estratégias urbanas promovidas através pelo Gabinete, estas atravessaram igualmente três momentos distintos até às independências africanas. Identificou-se uma primeira fase que coincidiu, em 1945, com o seu arranque, assentando no pensamento urbano de João Aguiar. Este período desenvolveu-se até 1959, sendo caracterizado pela preferência pelo modelo da City Beautiful cruzado com os ensinamentos da Cidade Jardim. Trata-se de um modelo apoiado essencialmente em directrizes estéticas: abertura de avenidas monumentais e fortalecimento dos instrumentos de sectorização funcional (zonamento) da cidade colonial preexistente, definindo perímetros residenciais, hospitalares, escolares, militares, entre outros. No entanto, as cidades imaginadas por João Aguiar não passaram exactamente do desenho, contribuindo para construir uma imagem forte de uma urbanidade pretendida. É neste domínio que muito do território colonial africano se fixaria, através de um desejo manifesto em múltiplas representações inseridas no Plano de Urbanização para Lourenço Marques, delineado entre 1952 e 1955. O processo de execução seria significativo do malogro que se repercute em outros planos do autor. Para a sua elaboração, João Aguiar realizaria viagens prospectivas à capital da colónia moçambicana a partir de 1947, cumprindo os procedimentos habitualmente seguidos com outros projectos considerados estratégicos pela tutela ministerial. A solicitação provinha da Câmara Municipal da cidade que, nesse mesmo ano, endereçara a Lisboa um pedido para elaboração de um novo plano de urbanização. O projecto incluiu um exaustivo levantamento da cidade (história, clima, geografia, população, ainda identificada por grupos raciais, e projecções futuras¹⁰). O documento levantava as estruturas já traçadas e os equipamentos implantados, cujas localizações se mantinham (aeroporto, ferrovia, Jardim Zoológico e bairros indígenas). Importantes menções seriam precisamente feitas aos bairros indígenas preexistentes e a identificação de diferentes abordagens urbanas que antecederam a sua própria proposta. O Bairro de Munhuana, destacava-se por uma abordagem “culturalista”, prevendo-se para a sua população (maioritariamente de africanos “assimilados”) uma maior facilidade de integração na sociedade colonial. O novo plano assentava na consolidação da cidade existente, reforçando os zonamentos insinuados pelos planos anteriores, caso das grandes infraestruturas (porto e ferrovia) ou dos principais núcleos sanitários, e a complementar as funções em falta. Inventariam-se as escolas primárias, os hospitais principais¹¹ e outros serviços públicos. Circulações e estacionamento surgiam preocupações dominantes, manifestando uma clara inclinação pelas questões ditas “pragmáticas” (Fig. 9).

desencadeado um número muito expressivo de reordenamentos, impondo os seus esquemas urbanos e o seu modelo residencial.

¹⁰ Cf. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, vol. II, 1955.

¹¹ São José de Lhanguene/José Macamo e Miguel Bombarda, hoje Hospital Central.

Fig. 9: GUU/João Aguiar, Anteprojecto do Edifício para o Governo Geral da Província de Moçambique, trab. 562, 1951



Fonte: Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitectónica, PTDC/AURAI/104964/2008; Foto: Luís Pavão e Laura Guerreiro

Quanto às questões estéticas, o plano de João Aguiar era bastante crítico da cidade existente, evidenciando a falta de unidade arquitectónicas das praças e promovendo uma maior monumentalização das principais artérias urbanas. O anteprojecto que elabora para o Governo Geral da Província de Moçambique marcava a orientação historicista e monumental que pretendia disseminar pelos espaços públicos da cidade. Apesar da recepção pública, o plano de Aguiar teria expressão na cidade. Contudo acabaria por contribuir para a acentuação do zonamento preexistente, influenciando as vias dominantes de crescimento da cidade, mesmo que da proposta de expansão para Sommerschield e para a Costa do Sol, um dos aspectos mais reformadores, pouco do desenho fosse aplicado. O Plano de Urbanização de Lourenço Marques, todavia, inscreveu-se como um dos pontos altos do urbanismo colonial português tardio e o facto de pouco ter sido implementado não haverá de prejudicar o seu êxito enquanto construção de um imaginário progressista para África. Mas as tendências estavam a mudar e nos anos de 1960, caracterizados, como se afirmou antes, pelos estudos dos habitats locais, reforçariam um conhecimento mais aprofundado dos assentamentos indígenas com claras repercussões nas novas propostas. Este facto reflectiu-se no desenho dos novos bairros populares (antigas áreas marginais à cidade consolidada, ocupadas maioritariamente pela população autóctone). A baixa densidade da Cidade Jardim e a eleição da casa unifamiliar como opções estratégicas ao nível da produção de alojamento seriam princípios activos nos novos planos deste período.

Finalmente, a década de 1970 trouxe uma nova abordagem com um plano director de carácter mais pragmático, que se reflectiu na sectorização, na ideia de “manchas funcionais” e no aprofundamento das práticas genéricas de infraestruturação. Coincidiria com as guerras coloniais (em Angola, Guiné e Moçambique) e às vésperas da revolução de Abril de 1974 e das



independências africanas. A maioria dos planos produzidos nesta fase não seria aplicada. Mas as matérias de reflexão denotavam já uma alteração no pensamento urbanístico colonial, designadamente com a adopção de métodos quantitativos de análise, como inquéritos às populações e actividades económicas.

Bibliografia

- CASTELO, Cláudia. O branco do mato de Lisboa: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas. In: Castelo, C.; Thomaz, O.R.; Nascimento, S.; Silva, T.C. (org.). *Os Outros da Colonização – Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, p. 27-50, 2012.
- DINIZ, Cláudia Martins. *Urbanismo no Ultramar Português: A Abordagem de Mário Oliveira (1946-1974)*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013.
- FERNANDES, José Manuel. *Geração Africana – Arquitectura e Cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- FERNANDES, José Manuel (coord.). *África – Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio e Universidade Autónoma de Lisboa, 2011.
- FERREIRA, André Faria. *Obras Públicas em Moçambique – inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008.
- FONTE, Maria Manuela Afonso de (2007). *Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico.
- LOBO, Margarida Souza. *Planos de Urbanização, a época de Duarte Pacheco*. Porto: Edições FAUP, 1995.
- MAGALHÃES, Ana; GONÇALVES, Inês. *Moderno Tropical – Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1974*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- MARTINS, Isabel. *Luanda, a Cidade e a Arquitectura*. Porto: Faculdade de Arquitectura do Porto, 2010.
- MILHEIRO, Ana Vaz. *São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)*. In: *Colóquio Internacional S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: ISCTE-IUL, 27-29 Março, p. 87-127, 2012[a].
- MILHEIRO, Ana Vaz. *Nos Trópicos sem Le Corbusier – Arquitectura Luso-Africana no Estado Novo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012[b].
- MILHEIRO, Ana Vaz. O Gabinete de Urbanização Colonial e o Traçado das Cidades Luso-Africanas na última fase do período colonial português – The Colonial Planning Office and the Layout of Luso-African Cities in the Last Stage of the Portuguese Colonial Time. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Circulação de Ideias no Mundo Lusófono, p. 215-237, 2012[c].



MILHEIRO, Ana Vaz. Cidade e Arquitectura em África: Obras Públicas no crepúsculo da colonização portuguesa. *Camões – revista de Letras e Culturas Lusófonas, Da identidade da arquitectura portuguesa*, n. 22, p. 41-54, 2013.

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitectura em Bissau e os Gabinetes de Urbanização Colonial (1944-1974). *Arq.urb, Revista Elctônica de Arquitectura e Urbanismo*, nº 2, pp. 80-104, 2009.

MORAIS, João Sousa. *Maputo, Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

MORAIS, João Sousa 2010). *Mindelo - Património Urbano e Arquitectónico - assentamento urbano e os seus protagonistas*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.

PINTO, Paulo Tormenta; MILHEIRO, Ana Vaz. From Monumentality to Diversity – Maputo between the urban plans of Aguiar and Azevedo (1950-1970). *International Plannig History Society*, Julho de 2012, São Paulo, 2012.

SALDANHA, José Luís. *Luís Possolo – um arquitecto do Gabinete de Urbanização do Ultramar*. Lisboa: CIAAM, FCT [PTDC/AURAI/104964/2008], 2012.

SIMÕES, João. A Profissão de Arquitecto nas Colónias. In: *Actas do I Congresso de Arquitectura*. Lisboa: SNA, 1948, pp. 147-150.

Fontes documentais

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. *Fundos GUC, GUU, DSUH*.

AGUIAR, João. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, vol.II, GUU, 1955.

POSSOLO, Luís, *Estação Rádio Naval de Luanda – Central Eléctrica*, trabalho n. 581-A, Direcção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações [119/DGOPC/DSUH, Arquivo Histórico Ultramarino], 06/07/1960.

POSSOLO, Luís P. *Relatório [sobre a frequência do curso de arquitectura tropical, remetido ao Subsecretário de Estado do Ultramar]*, Lisboa, 8 pág. [espólio particular Arq. Luís Possolo], Maio de 1955.

VELOSO, A. Moreira. *Relatório da Comissão eventual de serviço do arquitecto António Moreira Veloso na Guiné*, Março a Maio de 1970, Lisboa 30/06/1970.